



DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		627.365,36	260,35	627.625,70
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		621.158.840,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,100999%	0,000042%	0,101041%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,229255%		1.424.037,70	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,217792%		1.352.835,81	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,206330%		1.281.633,93	

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Limites Legal (Máximo) e Prudencial definidos pela Resolução nº 00184/2012, do Conselho da Justiça Federal.

Des. FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO

Diretor da Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SÍDIA MARIA PORTO LIMA

Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DE PERNAMBUCO**

RETIFICAÇÃO

No DOU nº 102, de 29-5-2013, Seção 1, páginas 174 e 175, na identificação, onde se lê: Portaria nº 303, de 20 de maio de 2013(*), leia-se: Portaria nº 321, de 24 de maio de 2013, e no anexo, exclua-se a nota de rodapé e inclua-se o item: 3) Republicação conforme RCL alterada por meio da Portaria STN nº 288/2013. Retificação da Portaria nº 303, de 20-5-2013, publicada no DOU nº 99, de 24-5-2013, Seção 1.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

PORTARIA Nº 730, DE 29 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA n. 8.669/2013, resolve:

Transformar 01 (uma) Função Comissionada, FC-05, da Assessoria de Desenvolvimento e Modernização da Corregedoria-ADEM em 01 (uma) Função Comissionada, FC-05, de Supervisor do Núcleo de Emissão de Certidões-NUCER.

Des. DÁCIO VIEIRA

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
11ª REGIÃO**

PORTARIA Nº 1.066, DE 28 DE MAIO DE 2013(*)

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre (maio/2012 a abril/2013).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargador do Trabalho DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com base no art.55, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre (maio/2012 a abril/2013), nos termos do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR

ANEXO

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

Despesas Executadas (Últimos 12 meses)

R\$ Mil

	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total C=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	286.222,16	1.967,42	288.189,58
Pessoal Ativo	219.538,27	436,99	219.975,26
Pessoal Inativo e Pensionistas	66.683,89	1.530,43	68.214,32
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	69.374,92	1.945,28	71.320,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	15.705,30	1.945,28	17.650,58
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	53.669,62	0	53.669,62
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	216.847,24	22,14	216.869,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)* 100	0,034910%	0,000004%	0,034914%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -<%>	0,070980%		440.898,54
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)-<%>	0,067431%		418.853,62
LIMITE DE ALERTA (inciso II do art. 59 da LRF)-<%>	0,063882%		396.808,69

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.